

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 538.131 - SP (2019/0301655-4)**

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**IMPETRANTE** : RAUL DOS SANTOS PINTO MADEIRA  
**ADVOGADO** : RAUL DOS SANTOS PINTO MADEIRA - SP318890  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : LUIZ RICARDO BRAVOS RIBEIRO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de LUIZ RICARDO BRAVOS RIBEIRO contra decisão proferida por Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo nos autos do HC n. 1501011-09.2019.8.26.0621.

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante (convertida a custódia em prisão preventiva) pela suposta prática do crime de peculato.

Inconformada com o decreto construtivo, a defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte de origem. A liminar requerida, todavia, foi indeferida pelo Desembargador Relator (e-STJ fls. 120/122).

Na presente oportunidade, a defesa sustenta, em síntese, a ilegalidade da segregação cautelar, ante a ausência de fundamentação idônea do decreto de prisão preventiva e dos motivos autorizadores previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, ressaltando que argumentos genéricos não podem servir como fundamento para a manutenção da medida constritiva. Nesse contexto, salienta a violação do princípio constitucional de presunção da inocência.

Diante disso, requer, em liminar e no mérito, a concessão da liberdade em favor do paciente, com a expedição do respectivo alvará de soltura.

É o relatório. **Decido.**

O Superior Tribunal de Justiça tem jurisprudência firmada no

# *Superior Tribunal de Justiça*

sentido de não caber *habeas corpus* contra decisão que indefere liminar, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade (Súmula 691/STF), o que não ocorre na espécie. A propósito:

*CRIMINAL. HC. QUADRILHA. FURTO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO. ATO DE DESEMBARGADOR. INDEFERIMENTO DE LIMINAR. SÚMULA N.º 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE NÃO EVIDENCIADA. ORDEM NÃO CONHECIDA.*

*1- Não cabe habeas corpus contra indeferimento de liminar, exceto em casos de evidente e flagrante ilegalidade, sob pena de indevida supressão de instância, uma vez que o mérito da ordem originária ainda não foi apreciado no Tribunal a quo.*

*2- Súmula n.º 691 que teve sua validade reafirmada pelo Supremo Tribunal Federal, com a ressalva de que o enunciado não impede o conhecimento de habeas corpus, se evidenciado flagrante constrangimento ilegal.*

*3- Não sendo possível constatar qualquer ilegalidade na decisão recorrida, deve o paciente aguardar a apreciação do mérito da questão aduzida em 2º grau.*

*4- Ordem não conhecida. (HC 82.163/SP, Rel. Ministra JANE SILVA – Desembargadora Convocada do TJ/MG – DJe 1º/10/2007).*

*In casu*, afigura-se aparentemente demonstrada a periculosidade do agente, que se mostrou reincidente na prática de delitos, sendo possível, portanto, vislumbrar a existência de fundamento válido para imposição da prisão preventiva, tal como salientou o decreto prisional, *in verbis* (e-STJ fls. 11/12):

*(...) Em relação aos acusados LEANDRO RODRIGUES DA SMLVA e LUIZ RICARDO BRAVOS RIBEIRO de se anotar a Lei 12.403/11, que alterou dispositivos do Código de Processo Penal, estipulou que as medidas cautelares penais serão aplicadas com a observância da necessidade de aplicação da lei penal, necessidade para a investigação ou instrução penal e para evitar a prática de infrações, devendo a medida em questão, ainda, ser adequada à gravidade do crime, às circunstâncias do fato e às condições pessoais do averiguado (art. 282 do CPP). A prisão preventiva será determinada quando as outras medidas cautelares alternativas à prisão não forem cabíveis, ou melhor, mostrarem-se insuficientes ou inadequadas para o caso concreto (art. 282, § 6º, do CPP). A*

# Superior Tribunal de Justiça

*prisão preventiva é necessária para garantia da ordem pública, para conveniência da instrução processual e para assegurar a aplicação da lei penal. Consigne-se que ambos estão em cumprimento de regime aberto (roubo e homicídio) e, no entanto, tornaram, em tese a delinquir. São, portanto, reincidentes, não exercem atividade remunerada, ao que consta, e, portanto, a liberdade prematura deles, além de permitir eventual reiteração criminosa, como ora ocorreu, ainda expõe a risco a ordem pública. (...) (g.n).*

É certo, de todo modo, que as questões suscitadas pela defesa do paciente serão tratadas naquele *mandamus*, por ocasião do julgamento de mérito, sem o qual esta Corte fica impedida de apreciar o alegado constrangimento ilegal, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância e incidir em patente desprestígio às instâncias ordinárias.

Entendo, portanto, não ser o caso de superação do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro** liminarmente o presente *habeas corpus*.

Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator